ALIENAÇÃO POLÍTICA E ALIENAÇÃO DO DESEJO

Ricardo Vieiralves de Castro*

1. Introdução; 2. A partir de Marx; 3. Ampliando o conceito de alienação; 4. A constituição do sujeito alienado.

1. Introdução

"Mas a clivagem entre a situação social das massas trabalhadoras e a sua consciência dessa situação implica que as massas trabalhadoras, ao invés de melhorarem a sua posição social, ainda a agravem. Foram exatamente as massas reduzidas à miséria que contribuíram para a ascensão do fascismo, expoente da reação política" (Reich, 1972, p. 9).

A constatação-inquietação de Reich sobre como os setores sociais economicamente desprivilegiados não se revoltam diante das condições de vida que lhes são impostas e como chegam a apoiar aqueles que as promovem é a questão que norteará este artigo.

Não há condições de refletir esta problemática sem se referir ao conceito de alienação, como foi elaborado a partir de Marx, e este nos trará a formulação de "consciência" e suas implicações na "transformação social". Assim sendo, abordaremos as possíveis inter-relações entre "consciência", "lugar social", e "transformação social".

Dirigindo um *novo olhar* sobre o conceito marxista de alienação, consideraremos, fora da razão, outros *determinantes* para que a ordem não se altere. Propomos, a partir da psicanálise, uma leitura múltipla, não-linear deste fenômeno que o olhar *exclusivo* não pode dar conta.

O que não significa *esgotar* a questão, nem promover *fusões* de referenciais teóricos construídos em bases distintas. A polivisão de uma questão é polêmica (do grego *polemikós*=guerreiro); mais do que totalizar, conflitua.

2. A partir de Marx

"Como uma força estranha situada fora deles, cuja origem e cujo destino ignoram, que não podem mais dominar e que, pelo contrário, percorre agora uma série particu-

* Mestre em psicologia pela PUC/RJ; professor no Instituto de Psicologia da Uerj e na PUC/RJ.

lar de fases e de estágios de desenvolvimento, independente do querer e do agir dos homens e que, na verdade, dirige este querer e agir" (Marx, 1980, p. 49).

A alienação, como conceito marxista, define que um sujeito é alienado quando assume para si componentes ideológicos diferentes dos que deveriam ser produzidos por sua classe social. Quando incorpora em sua vida e em seus atos a ideologia dominante, ou o que esses setores dominantes da sociedade definem que o sujeito deva ter como sua ideologia. É alienado aquele que não tem como consciência a ideologia de seu grupamento social.

A *gênese* da alienação para Marx está localizada na alienação do trabalho. O homem, que trabalha, não é dono de seu próprio produto e nem conhece os meios para produzi-lo. O trabalho seriado, que é próprio da atividade industrial, molda no trabalhador uma *consciência fragmentada* de sua própria ação.

"A única relação que os indivíduos ainda mantêm com as forças produtivas e com sua própria existência – o trabalho – perdeu para eles toda a aparência de auto-atividade e só conserva sua vida atrofiando-a. Enquanto que, em períodos anteriores, a auto-atividade e a produção da vida material estavam separadas pelo fato de recaírem sobre pessoas distintas, e enquanto que a produção da vida material, pela limitação dos próprios indivíduos, valia ainda como uma modalidade subordinada de auto-atividade, agora (...) estes dois aspectos se desmembram de tal forma que a vida material aparece como a finalidade, e o criador desta vida material, o trabalho (agora a única forma possível, mas como veremos, negativa, de auto-atividade), aparece como meio" (Marx, 1980, p. 104-5).

Diversas leituras advêm dessa formulação de Marx:

Um *certo* marxismo de construção mecanicista trouxe ao econômico a exclusividade na determinação de condutas transformadoras. A estrutura econômica foi entificada, dicotomizada dos homens que a fizeram, gerando uma espécie de metafísica mecanicista.

De duas maneiras se constrói esta visão: por um lado, a atitude de transformação social é conseqüência direta do *lugar social* que o sujeito ocupa na ordem social, assim, as condições miseráveis de vida serão as condições propedêuticas para a ação transformadora; e por outro lado, na teleologia retirada da obra de Marx, onde as revoluções já estão traçadas na escrita do cientista.

Acabou-se por criar um raciocínio paradoxal e fatalista da história, quando, ao estabelecer a miséria como precondição para as transformações sociais, derivou-se uma lógica antagônica de que quanto mais miserável, mais possibilidades do exercício de

atitudes transformadoras. Uma quase "apologia" da pobreza e dos pobres; e uma ação política do "quanto pior, melhor".

Deu em água! Os "nordestes" continuam exportando miséria por aí.

Os mecanicistas tentaram dar um conteúdo teleológico à dialética da consciência, de que o movimento tem que chegar a um fim absoluto. Criaram uma nova metafísica da consciência absoluta, que determinada por um sistema político-econômico ideal e perfeito, teria que ser uma consciência plena e perfeita. Recriaram a metafísica da onisciência.

Apesar de Marx afirmar a possibilidade de um homem desalienado, consciente, numa sociedade comunista, o que consideramos um equívoco, nos deteremos em sua conceituação da consciência da práxis, que é a consciência na ação e a partir da ação.

A consciência para Marx é determinada pela ação que o homem desenvolve no mundo: consciência a partir da ação. Uma ação que é determinada pelo lugar que ocupa socialmente na divisão do trabalho.

A consciência não-alienada, a consciência da práxis, seria, antes de mais nada, uma relação de movimento entre o sujeito e sua atividade. É a consciência que é reflexo da ação modificadora e transformadora e, por isto mesmo, criativa, que reflete e age, para refletir e agir.

Uma consciência surgida na história, nas transformações das estruturas sociais.

A consciência da práxis só pode surgir na ação transformadora, a consciência não-alienada é a consciência em movimento.

A alienação não se opõe à consciência plena; não se opõe à certeza de apreensão do mundo. A dialética como estrutura de movimento não possibilita a certeza plena: a palavra da verdade submete-se à dúvida.

A alienação é a apropriação de uma compreensão de mundo que é dicotômica com as condições de vida, ou melhor dizendo, consiste na apropriação do discurso do outro. O outro, que representa lugar de domínio e subserviência.

O grande antagonismo da alienação não é a plenitude da consciência, mas a idéia de movimento.

"Efetivamente, a alienação leva o indivíduo a assumir a condição de objeto, de um autômato que cumpre os desígnios traçados por seus dirigentes. Sob tais condições, o indivíduo não se percebe como sujeito, a não ser na vida pessoal, âmbito no qual,

muitas vezes, ele reproduz as mesmas ações repressivas e de exploração (contra os outros ou contra ele mesmo) de que é vítima, ainda, confere a quem acredita ter poder (os governantes, os ricos, Deus) o direito de decidir sobre sua vida, seu destino" (Violante, s.d., p. 145).

O sujeito alienado é um sujeito que impede, ou tenta impedir, o próprio movimento da vida. Lugar da continuidade sem riscos. Figura política da reação.

3. Ampliando o conceito de alienação

Não desconhecendo o fato de que o trabalho na sociedade industrial capitalista contribui para a desapropriação de si mesmo e dos bens que são essenciais para a vida, reconhecemos, como Reich, que a alienação do trabalho é insuficiente para explicar a formação da alienação nas *estruturas psíquicas* do homem.

"A ideologia de cada grupamento social tem a função não só de refletir o processo econômico dessa sociedade, mas também – e principalmente – de inserir este processo econômico nas estruturas psíquicas dos seres humanos dessa sociedade" (Reich, 1972, p. 15).

Reich propõe uma "psicologia política" para melhor compreender este fenômeno de absorção de ideologias *contraditórias* à sua própria condição de vida. O homem desenvolveria uma estrutura psíquica contraditória, como é contraditória a sociedade em que vive.

Uma contradição que se manifestará em atitudes concretas e que tem como pólos: o autoritarismo e o desejo de mudança.

"É fundamental reconhecer esta contradição e descobrir de que modo concreto o fator reacionário e o fator revolucionário e progressista presentes no trabalhador se antagonizam. O mesmo se aplica, evidentemente, ao indivíduo da classe média. É facilmente compreensível que, em época de crise, ele se revolte contra o sistema. Mas o que não se pode compreender de um ponto de vista estritamente econômico é que, embora economicamente na miséria, ele receie o progresso e se torne mesmo extremamente reacionário. Também aqui se faz sentir a contradição entre sentimentos de revolta e objetivos e conteúdos reacionários" (Reich, 1972, p. 20).

Para Reich é na repressão sexual, principalmente realizada pela família, com fortes componentes autoritários, e posteriormente pela Igreja, ou outras instituições de controle sexual, que as estruturas psíquicas são impregnadas dessas situações contraditórias que no decorrer da vida vão se manifestar.

Reich insiste que a formação do caráter autoritario no homem se dá através da repressão de sua sexualidade desde a infância, agenciada pela família moldada pela ordem sócio-cultural. A família tem por função e finalidade justamente a formação do caráter autoritário no ser humano.

A formação da alienação é de *natureza psicopolítica*, mesmo tendo seu determinante na organização estrutural da sociedade. O caráter autoritário favoreceria atitudes fascistas, micro e macroatitudes, que impediriam o surgimento de transformações sociais e atitudes libertárias.

Ao propor uma "psicologia política" Reich é inovador; no entanto, o conceito de repressão com sentido exclusivo, sem negar sua existência, é ainda insuficiente para justificar a alienação.

A partir de Foucault (1982, p. 146), que desenvolveu uma noção original do poder, que mais do que reprimir, imprime e molda condutas, ("o domínio, a consciência de seu próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo (...) tudo isto conduz ao desejo de seu próprio corpo através de um trabalho insistente, obstinado, meticuloso, que o poder exerceu sobre o corpo das crianças, dos soldados, sobre o corpo sadio"),

temos que considerar outros aspectos que dêem conta, da melhor maneira, da compreensão de como a alienação se configura na conduta humana.

Guattari, mesmo fazendo certas restrições ao conceito de alienação, quando a este se antagoniza consciência plena, o que não é, ao nosso ver, sua contradição fundamental, tem grandes contribuições sobre a formação do comportamento autoritário ou *microfascista*.

"Proponho, ao contrário, a idéia de uma subjetividade de natureza industrial, maquínica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida.

As máquinas de produção da subjetividade variam. Em sistemas tradicionais, por exemplo, a subjetividade é fabricada por máquinas territorializadas, na escala de uma etnia, de uma corporação profissional, de uma casta. Já no sistema capitalístico, a produção é industrial e se dá em escala internacional" (Guattari, 1986, p. 25).

Para Guattari, a produção da "subjetividade", que difere do conceito de singularidade, é social, e mais do que isto, parte da organização sistêmica da sociedade, ou seja, diretamente ligada a interesses representados nesta organização social.

A subjetividade seria um produto, como qualquer produto industrial da sociedade capitalista, que serviria como *matéria-prima* para o desenvolvimento e manutenção da sociedade capitalista e de todas as forças produtivas. A sociedade capitalista para se perpetuar, ou *existir,* tem que ter como *base* um *modelo de homem* adequado que lhe dê sustentação. Um homem produzido pelo e para o sistema capitalista.

Esta "subjetivação capitalística" tem funções que serão exercidas socialmente por este homem "produto-matéria-prima" de toda e qualquer produção: a primeira seria a de culpabilização criada pela segregação.

"A segregação é uma função da economia subjetiva capitalística diretamente vinculada à culpabilização. Ambas pressupõem a identificação de qualquer processo com quadros de referência imaginárias, o que propicia toda a espécie de manipulação. É como se a ordem social para se manter tivesse que instaurar, ainda que da maneira mais artificial possível, sistemas de hierarquia inconsciente, sistemas de escalas de valor e sistemas de disciplinarização" (Guattari, 1986, p. 41).

As divisões sociais se apresentam de *forma natural* e perene. As estratificações hierárquicas geram nas pessoas uma *identificação compulsória* com o lugar social que ocupam e que não poderá ser alterado.

As *camadas baixas* desta hierarquia serão motivadas a se sentirem responsáveis por este *destino,* isto é, se são segregadas há uma razão para que isso aconteça.

O meio popular é segregado, auto-segrega e segrega seus pares.

A segunda função é a da infantilização:
"Outra função da economia subjetiva capitalística, talvez a mais importante de todas, é a da infantilização. Pensam por nós, organizam por nós a produção e a vida social. Além disso, consideram tudo o que tem a ver com coisas extraordinárias, por exemplo, o fato de falar e viver, o fato de ter que envelhecer, de ter que morrer, não deve perturbar nossa harmonia no local de trabalho, nos postos de controle social que ocupamos, a começar pelo controle social que exercemos sobre nós mesmos" (Guattari, 1986, p. 41-2).

A infantilização gera mecanismos permanentes de dependência de poderes *fora de mim.* Passa-se a sentir a necessidade da tutela e a impotência em assumir funções ou atividades, de poder.

Na infantilização está latente a necessidade da autoridade, que tem por objetivo a manutenção dos lugares sociais distribuídos pela organização hierárquica.

A terceira função seria a de apropriação do objeto do desejo.

"Tudo o que é do domínio da ruptura, dá surpresa e da angústia, mas também do desejo, da vontade de amar e criar deve-se encaixar de algum jeito nos registros de referências dominantes. Há sempre um arranjo que tenta prever tudo o que possa ser de natureza de uma dissidência do pensamento e do desejo. Há uma tentativa de eliminação daquilo que eu chamo de processos de singularização. Tudo o que surpreende, ainda que levemente, deve ser classificável em alguma zona de enquadramento, de referenciação" (Guattari, 1986, p. 43).

A apropriação por parte da ordem capitalista do *objeto do desejo*, ou da própria função desejante no homem passa a ser, sem dúvida, um dos mais eficazes instrumentos de controle social e de impedimento à possibilidade criativa da singularidade.

Os esquemas de *enquadramento* são diretamente ligados às atividades de consumo. É permitido desejar, desde que o *objeto* desse desejo seja ofertado pela ordem.

A ordem capitalista, utilizando-se das *estruturas de deslocamentos*, que são próprias do desejo, oferece a quem deseja, o que desejar, numa oferta pseudo-infinita de produtos, produzidos pela mística da tecnologia, a serem consumidos.

O objeto é ofertado de tal forma que o ato de desejar perde sua força transformadora e passa, de maneira alienada, a servir para a confirmação da ordem capitalista. Cria a necessidade de ascensão social para ter o poder de *consumir mais:* ter mais possibilidades no ato de desejar.

Um bom exemplo é o caso das artes, onde o desejo, de alguma maneira, expressa-se de forma singular: é imediatamente *enquadrado* em academias de elite, impedido no acesso à grande maioria da população. Ganha o enquadre da erudição, de incompreensível: esotérico.

Confinado e confirmado, recompensado pelo ato de criar, o artista transforma-se em proprietário da erudição, ganha privilégios sociais e poder de consumo; enquadrado em sua singularidade – que é titulada em espaços definidos – perde a força de transformação do desejo.

É a própria alienação do desejo:

"A ordem capitalística é projetada na realidade do mundo e na realidade psíquica. Ela incide nos esquemas de conduta, de ação, de gestos, de pensamentos, de sentido, de sentimento, de afeto, etc. Ela incide na modelização das instâncias intra-subjetivas.
(...)
Aceitamos tudo isso porque partimos do pressuposto de que esta é a ordem do mundo, ordem que não pode ser tocada sem que se comprometa a própria idéia de vida social organizada" (Guattari, 1986, p. 42).

4. A constituição do sujeito alienado

O sujeito psicológico não é dado da natureza, mas da humanidade, ou seja, é constituído no decorrer de sua própria história, no conjunto de relações que venha a estabelecer.

O sujeito constitui-se enquanto subjetividade distinta no instante em que entra na ordem simbólica, na ordem dos signos, na linguagem.

A partir de Bakhtin, temos a noção de valor ideológico no signo lingüístico,[1] que "reflete e refrata" uma determinada ordem social. Em outras palavras, a linguagem não é desprovida de significação; significação dada por quem a emite de um determinado lugar social.

Estas considerações nos fazem pensar *no instante* da constituição desse sujeito psicológico.

Se esse sujeito constitui-se no momento de sua entrada na ordem simbólica, que é da linguagem contextualizada, representação significante da ordem social, ele constitui-se enquanto subjetividade definida na ordem social.

O momento em que é constituído enquanto sujeito é também o momento em que ganha *nome social*, ou seja, ganha seu lugar social, a possibilidade e a impossibilidade de sentir e expressar sentimentos e, principalmente, o caráter definitivo de sua constituição. Evidentemente, também recebe a ameaça diante de qualquer ruptura possível diante desta *fatalidade*.

"Porque, antes mesmo que eu esteja em condições de pronunciar as palavras pai e filho, e mesmo se ele está gagá e não pode mais pronunciar essas palavras, todo o sistema humano em volta já nos define, com todas conseqüências que isso comporta, como pai e filho" (Lacan, 1979, p. 183).

Édipo, além de constituir o sujeito enquanto subjetividade rompida, constitui o sujeito enquanto definição social, e por conseguinte *alienado*.

A essa constituição acompanha uma ameaça, que não é traduzível em repressão, mas em impossibilidade de devir. Essa constituição só se pode dar em nível do imaginário, e segundo Lacan:

---

[1] Cf. Bakhtin, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1981, p. 49.

"O que é a ligação simbólica? É para colocar os pingos nos *ii*, que socialmente nos definimos por intermédio da lei. É na troca dos símbolos que nós situamos uns em relação aos outros nossos diferentes eus.

Em outros termos, é a relação simbólica que define a posição do sujeito como aquele que vê. É a palavra a função simbólica que define o maior ou menor grau de perfeição, de completude, de aproximação, do imaginário" (Lacan, 1979, p. 165).

O simbólico, enquanto representação metafórica da ordem social, lugar da lei, define a relação existente entre o imaginário, lugar de singularidade, e o real.

A partir da entrada no simbólico, tanto o imaginário como o real, vão estar definitivamente mediados e referentes à ordem do símbolo. Só há imaginário em função do símbolo.

Uma ordem simbólica, que como constituinte da própria humanidade, e do próprio homem como o conhecemos é definitiva. E sem ela não há possibilidades.

"A relação simbólica, como já frisei, é eterna. E não simplesmente porque é preciso que haja efetivamente três pessoas sempre – ela é eterna pelo fato de que o símbolo introduz um terceiro elemento de mediação, que situa às duas personagens em presença, os faz passar a um outro plano, e os modifica" (Lacan, 1979, p. 97).

O símbolo, metáfora de uma ordem social, aloca poderes, distribui benefícios, organiza a vida social.

Toda a ideologia dominante organiza-se em função da manutenção da estrutura social e no impedimento, de diferentes formas, de qualquer movimento que aconteça com a intenção de promover alterações nas relações instituídas.

E o controle que se faz, se acontece de maneira coercitiva na atividade repressiva, na ação policial, é de sobremaneira eficaz quando promove construções, ou, como diz Foucault, impressões no homem.

A constituição do homem alienado é a grande *segurança* da imobilidade do sistema. Ou, de sua linearidade.

O homem alienado, constituído enquanto sujeito na alienação, segue vivendo, tendo em todos os instantes de sua vida instituições para lhe confirmar no seu *devido lugar*. Como se fosse assim, e sempre tivesse sido assim: conformidade.

É instante decisivo a sua constituição enquanto sujeito psicológico, que acontece no Édipo. Mais do que "interditar o incesto", metáfora do proibido, a entrada no Édipo faz

este ser constituir-se como *locus*: ter um nome – que se for "Zé, filho de outro Zé" – será uma função que já lhe foi definida, viverá da maneira que lhe definiram para viver.

Terá seu drama num enredo que já estava pronto e, mais do que isto, se conformará a este *papel* que representará, porque a ele estava destinado. Não há possibilidades, sua vida é "destino de impossibilidade".

Só pode viver dessa forma, alienado, desprovido não da consciência da verdade, plena e totalizadora, mas da consciência do devir enquanto consciência do possível.

A alienação no instante de sua constituição vai fincar-se no imaginário. O imaginário sempre se refere à lei: "Pois, uma lei descoberta deixa de ser uma lei" (Lacan, 1979, p. 182) e tem suas intenções acobertadas, escondidas no manto do poder, engendra imagens míticas do Senhor e do Escravo.

"É exatamente para isso que serve o estádio do espelho. Ele põe em evidência a natureza dessa relação agressiva e o que ela significa. Se a relação agressiv a intervém nessa formação chamada o eu, é que ela a constitui, é que o eu é, desde já, por si mesmo, um outro que se instaura numa dualidade interna ao sujeito. O eu é esse mestre que o sujeito encontra num outro e que se instaura em função de domínio no cerne de si mesmo. Se, em toda relação, mesmo erótica, com o outro, há algum eco dessa relação de exclusão, é ele ou eu, é que no plano imaginário, o sujeito humano é assim constituído (...) de forma que o outro está sempre prestes a retomar seu lugar de domínio em relação a ele, que nele há um eu que sempre é em parte estranho a ele, senhor implantado nele acima do conjunto de suas tendências, de seus comportamentos, de seus instintos, de suas pulsões" (Lacan, 1985, livro 2, p. 239).

Esse grande "outro", que para as pessoas de meio popular representa, na maioria das vezes cruelmente, lugar mítico de Senhoria, e para os setores dominantes lugar mítico de identificação, é internalizado e construído como imagem carregada de força afetiva.

É o pai, como função simbólica culturadora, representante do sistema, que intervém para que a internalização dos códigos sociais e a produção mítica de poder aconteçam.

"Não é demais dizer – é preciso aí uma lei, uma cadeia, uma ordem simbólica, a intervenção da ordem da palavra, isto é do pai. Não o pai natural, mas do que se chama o pai. A ordem que impede a colisão e o rebentar da situação no conjunto está fundada na existência desse nome do pai" (Lacan, 1985, livro 3, p. 111).

Diante de tudo, o sujeito constituído nas artimanhas do sistema identifica-se com estas imagens.

Ocorre, também, uma espécie de cristalização das imagens míticas, dando a estas unicidade de sentidos e significações, que sempre encobertas pelo "manto do poder" afirmam-se e reafirmam-se no decorrer de sua história.

Lacan, comentando sobre a "carta roubada", um conto de Edgar Alan Poe, nos apresenta um bom exemplo sobre o que chamamos de "cristalizações de sentidos e significações", no caso, o "senhor é Senhor" porque existem "razões naturais" para que assim seja (amém). Na compreensão do "escravo" ninguém é Senhor por acaso.

"Se os policiais não a encontram não é só por estar num lugar por demais acessível, mas devido a esta significação de que uma carta de alto apreço, em torno da qual estão acumulados os raios fulminantes do Estado e as recompensas que, em semelhante caso, podem ser concedidas, só pode estar cuidadosamente escondida. O escravo supõe muito naturalmente que o senhor é um senhor, e que, quando ele tem ao seu alcance algo de precioso, ele o agarra" (Lacan, 1985, livro 2, p. 320).

A servidão também é mantida porque a acompanha uma ameaça para quem *descumprir a regra*, transgredir a imobilidade das relações sociais. A ameaça do *não-reconhecimento*.

Não ser reconhecido pelo outro é experimentar a morte psicológica, quebrar o espelho fazendo o retorno ao corpo *fragmentado*, destituindo a unidade de uma identidade. Mesmo que esta identidade seja a de submisso.

O temor do não-reconhecimento, da morte psicológica, é maior que o temor da morte física.

Associar as transformações possíveis ao não-reconhecimento é favorecer o imobilismo, utilizando um dos mecanismos mais primitivos da experiência humana.

"A noção de rejeição, esta, introduz secretamente na relação intersubjetiva, o não-reconhecimento" (Lacan, 1985, livro 2, p. 237).

Nada mais eficaz!

Referências bibliográficas

Bassit, A. L., org. *Identidade: teoria e pesquisa.* São Paulo, Educ. s.d.
Bakhtin, M. *Marxismo e filosofia da linguagem.* São Paulo, Hucitec, 1981.
Foucault, M. *As palavras e as coisas.* São Paulo, Martins Fontes, 1981.
——. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro, Graal, 1982.
Guattari, F. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo.* São Paulo, Brasiliense, 1985.

——. *Cartografias do desejo.* Petrópolis, Vozes, 1986.
La Boêtie, È. *Discurso da servidão voluntária.* São Paulo, Brasiliense, 1984.
Lacan, J. *Escritos.* São Paulo, Perspectiva, 1978.
——. Os escritos técnicos de Freud. In: *O seminário.* Rio de Janeiro, Zahar, 1979. livro 1.
——. O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. In: *O seminário.* Rio de Janeiro, Zahar, 1985*a*. livro 2.
——. As psicoses. In: *O seminário.* Rio de Janeiro, Zahar, 1985*b*. livro 3.
Marx, K. *A ideologia alemã.* São Paulo, Hucitec, 1980.
Reich, W. *Psicologia de massas do fascismo.* São Paulo, Martins Fontes, 1972.
Violante, M.L.V. Identidade e marginalidade. In: Bassit, A. L., org. *Identidade: teoria e pesquisa.* São Paulo, Educ. s.d.